



# TRTsc

## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

CEJUSC DE JOINVILLE

 14 a 18-10-2024

 Joinville

# APRESENTAÇÃO

## ● DA CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 12ª REGIÃO

A Justiça do Trabalho é o ramo do Poder Judiciário que trata, principalmente, dos conflitos decorrentes das relações de trabalho, conforme competência definida no art. 114 da Constituição Federal de 1988.

Para cumprir sua missão, a Justiça do Trabalho desdobra-se em diversas unidades judiciárias pelo país, conforme a necessidade de cada região.

Em Santa Catarina (12ª Região), há 60 varas do trabalho, 14 centros judiciários de métodos consensuais de solução de disputas (Cejuscs) e 13 centrais de apoio à execução (Caexs), distribuídas em 11 circunscrições. Todas essas unidades atuam em conformidade à sua competência territorial e estão vinculadas ao Tribunal Regional, sediado na capital do estado, Florianópolis.

Essas unidades judiciárias representam o primeiro grau de jurisdição e estão à frente do cumprimento, em matéria trabalhista, da garantia constitucional descrita no art. 5º, inc. XXXV: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

A Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região insere-se nesse contexto a partir da sua indispensável atribuição regimental (art. 30) de exercer funções de inspeção permanente e periódica, ordinária ou extraordinária, geral ou parcial sobre os serviços judiciários de primeiro grau da Justiça do Trabalho em Santa Catarina.

Outra função importante da Corregedoria Regional, além do ato de fiscalizar, é adotar estratégias voltadas ao auxílio e apoio à gestão judiciária das unidades de primeiro grau.

À Corregedoria, comprometida em sua missão moderna, não basta apontar e corrigir o equívoco, mas preveni-lo. Para tanto, apresenta iniciativas, parcerias, inovações tecnológicas e projetos com vistas a apoiar o primeiro grau de jurisdição, sem evadir-se do papel fiscalizador e corretivo. A fiscalização passa a ser colaborativa.

Assim o faz à luz de seus valores - **credibilidade, efetividade, colaboração, excelência, integridade e inovação** -, sempre buscando melhorar a prestação de serviços ao jurisdicionado.

Esta ata de correição apresenta de forma detalhada e transparente o trabalho colaborativo de fiscalização e orientação às unidades judiciárias realizado anualmente pela Corregedoria nas correições ordinárias presenciais. Além disso, a Corregedoria contribui de forma permanente para a gestão cotidiana e colaborativa das atividades de primeiro grau, oferecendo orientações, informações e recursos tecnológicos atualizados para auxiliar a autoinspeção (gestão realizada pela própria unidade) e diminuir erros e retrabalho.

## • DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, o Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Corregedor-Regional, Narbal Antônio de Mendonça Fileti, esteve no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas de Joinville, para a realização da Correição Ordinária objeto do Edital de Correição nº 11/2024, disponibilizado no DEJT e no [portal da Corregedoria](#) em 30-09-2024.



CorOrd nº  
0000150-84.2024.2.00.0512



28 de maio a 1º de junho  
de 2024



Joinville

Foram previamente notificadas do trabalho correicional, com o envio do Edital de Correição:



- Unidade judiciária correicionada;
- Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina; e
- subseções da OAB de Joinville e de São Francisco do Sul.



Sua Excelência foi recebido pela Exma. Juíza Tatiana Sampaio Russi, Coordenadora do Cejusc.



Os processos na unidade tramitam em meio eletrônico.

# SUMÁRIO

<b>1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA</b> .....	3
1.1. Juízas(es).....	4
1.2. Servidoras(es).....	4
<b>2. DADOS ESTATÍSTICOS</b> .....	5
2.1. Audiências.....	5
2.2. Movimentação processual.....	5
2.2.1. Acordos realizados.....	6
2.2.2. Valores.....	7
<b>3. CONSTATAÇÕES</b> .....	9
3. ....	9
<b>4. DETERMINAÇÕES</b> .....	10
4.1. Determinações padrão para todos os Cejusc.....	10
<b>5. RECOMENDAÇÕES</b> .....	11
<b>6. REUNIÕES</b> .....	12
6.1. Reunião com advogadas(os).....	12
6.2. Reunião com o diretor do Cejusc.....	13
6.3. Reunião com as(os) juízas(es) do foro.....	13
6.4. Confraternização com magistradas(os) e servidoras(es).....	16
<b>7. ENCERRAMENTO</b> .....	18

# 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

No âmbito deste Regional, a criação e as diretrizes gerais de funcionamento dos Cejusc são disciplinadas pela [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 139/2022](#).

Conforme estabelecido no art. 9º da Portaria acima referida, os Cejusc-JT1º GRAU “são responsáveis pelo desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de disputas em processos que tramitam em qualquer fase processual no primeiro grau de jurisdição, nas unidades judiciárias integrantes de sua área de atuação”.

De acordo com o § 2º do art. 9º da [Portaria SEAP/GVP/SECOR nº 139/2022](#), a adesão das unidades judiciárias da área de atuação do Cejusc é automática, sendo facultada às varas a remessa de processos aos Centros de Conciliação.

Os dados do Cejusc de Joinville são:



Portaria de instalação nº 1/2018

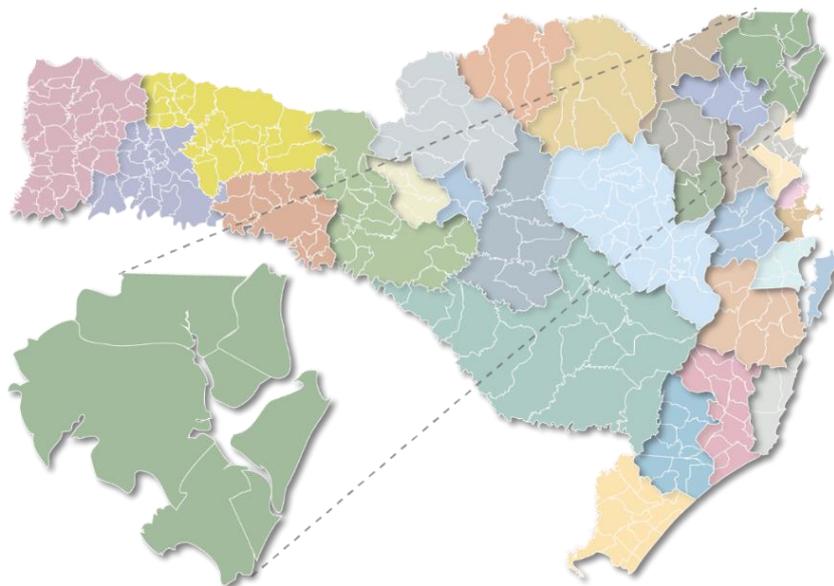


Data de inauguração: 27-07-2018





**Unidades judiciárias atendidas:** Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul.



### 1.1. JUÍZAS(ES)

Função	Juíza/ Juiz
Coordenadora	Tatiana Sampaio Russi
Supervisor	Marcelo Tandler Paes Cordeiro

### 1.2. SERVIDORAS(ES)

Servidora(or)	Cargo	Função	Exercício na lotação
Atalibas Correa Gomes Junior	TJ		02-05-2023
Rosane Ferreira De Souza	TJ		21-05-2024
Sidnei Roberto Brüske	TJ	Diretor de Cejusc CJ-01	27-07-2018
Walter Mario Sasaki	TJ		19-07-2023
Total de servidores:			4
Lotação paradigma: Não há estabelecimento de lotação paradigma para Cejusc.			

Legenda: TJ - Técnico Judiciário; AJ - Analista Judiciário. A unidade conta com um estagiário: Anderson Felipe Exterckoetter (desde 13-05-2024)

De acordo com informação prestada pelo diretor de secretaria em questionário próprio, todas(os) as(os) servidoras(es) estão em teletrabalho, dos quais um está na modalidade integral, e um na modalidade parcial e dois na modalidade por adesão. Constatase, assim, que o máximo de servidores em teletrabalho diário é de até 30%, conforme determina a [Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR nº 118/2024](#).

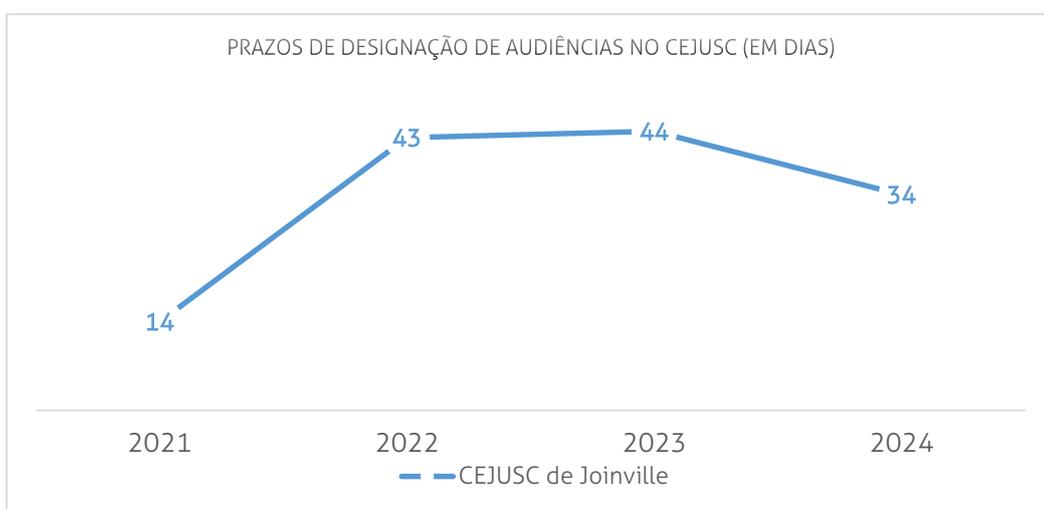
## 2. DADOS ESTATÍSTICOS

### 2.1. AUDIÊNCIAS

Conforme informações do diretor do Cejusc, a pauta de audiências é organizada da seguinte forma: "São quatro conciliadores, cada um faz dez audiências por dia, em três dias da semana (terça, quarta e quinta), totalizando 40 por dia, 120 por semana. Em caso de necessidade, abrimos pautas as sextas feiras também."

Em 04-10-2024, as audiências estavam sendo designadas para o dia 07-11-2024.

Abaixo, a evolução dos prazos anualmente:



Fonte: Atas de Correição dos anos anteriores, e [painel Illumina12](#) em 04-10-2024.

### 2.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Apresentam-se abaixo os dados relativos às audiências realizadas no Cejusc, os índices de conciliação obtidos, por fase processual, bem como os valores arrecadados e os valores pagos aos credores decorrentes dos acordos realizados no Cejusc.

Todos os dados foram obtidos por meio da Coordenadoria de Estatística deste Regional.

Informações mais detalhadas sobre a movimentação processual são encontradas na página da Estatística no portal do Tribunal: ([https://portal.trt12.jus.br/SEESTP\\_cejusc1g](https://portal.trt12.jus.br/SEESTP_cejusc1g))

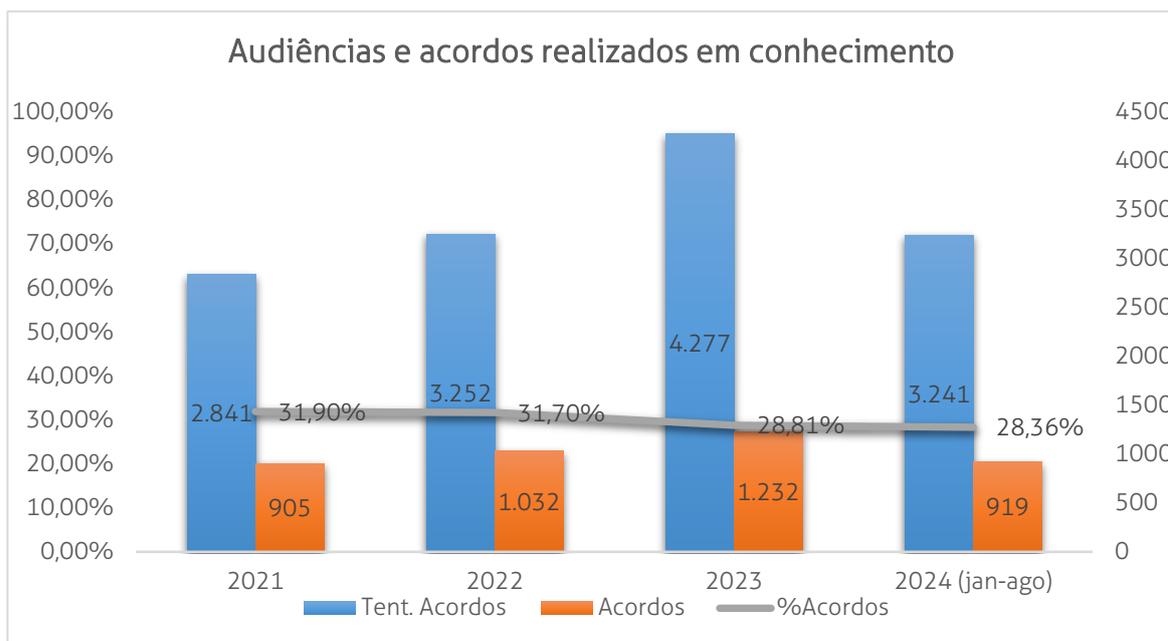


Portal de  
Estatística

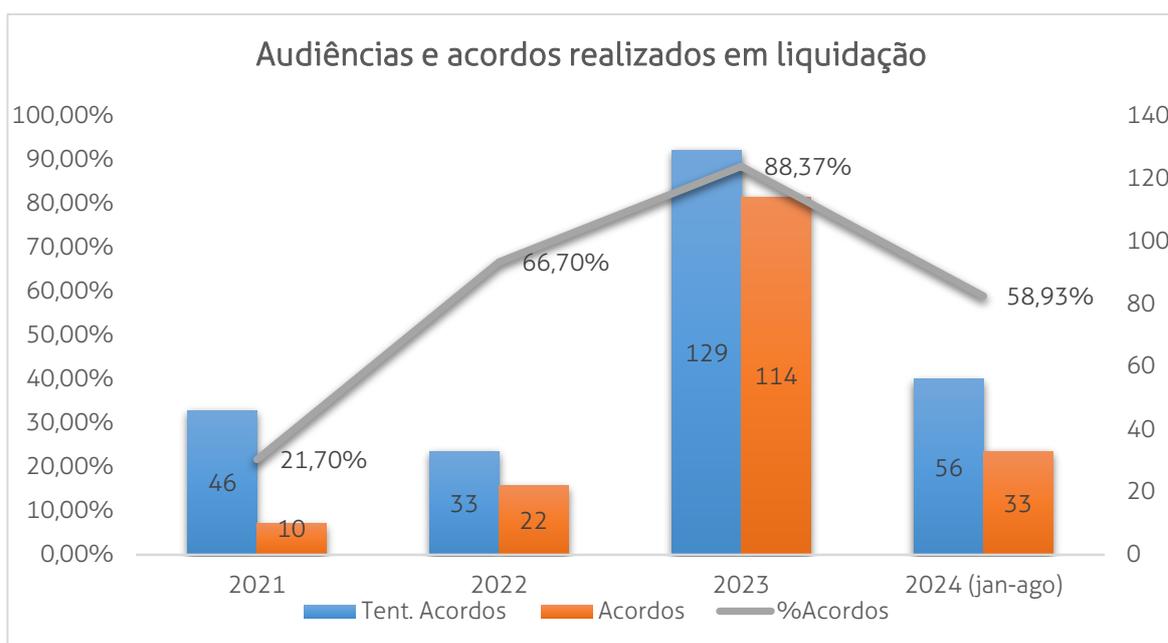
## 2.2.1. ACORDOS REALIZADOS

Abaixo são apresentadas as quantidades de audiências de tentativa de conciliação, de acordos realizados e os índices de conciliação em processos que tramitaram no Cejusc de Joinville, nas fases de conhecimento, liquidação e execução.

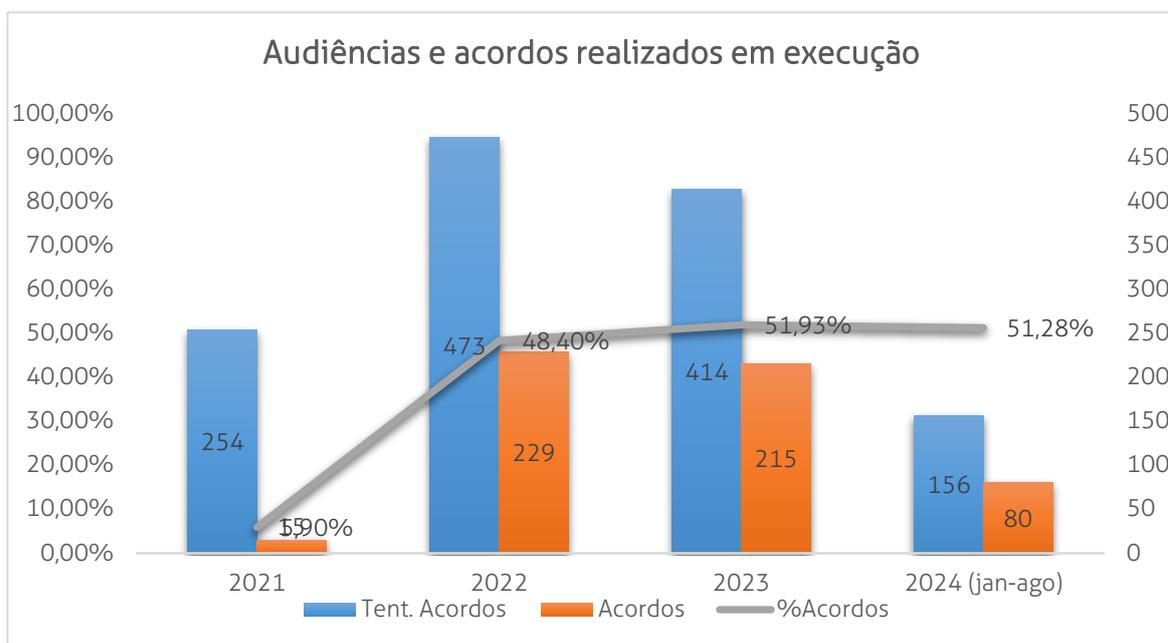
### A) FASE DE CONHECIMENTO



### B) FASE DE LIQUIDAÇÃO



## C) FASE DE EXECUÇÃO



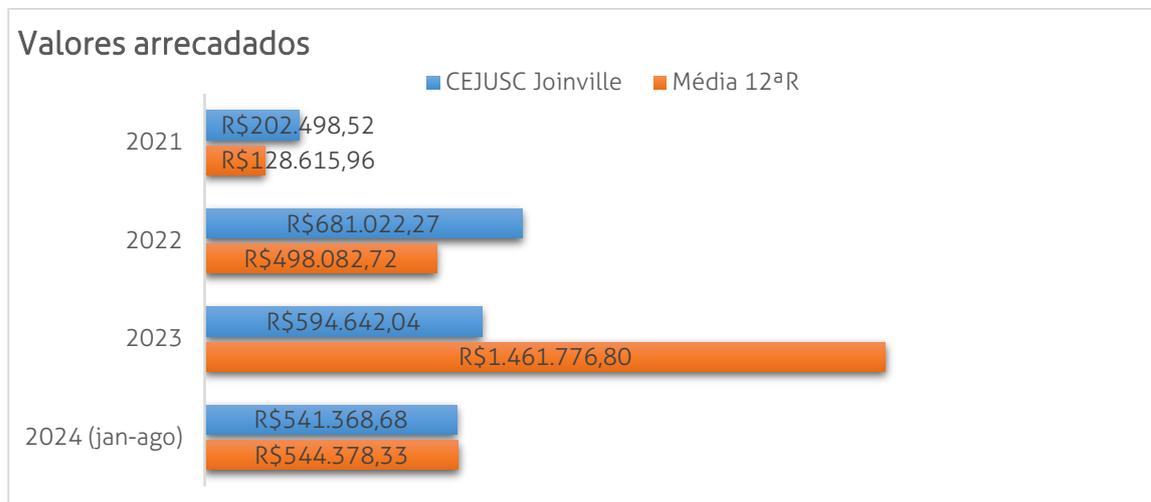
### 2.2.2. VALORES

Apresentam-se, abaixo, gráficos com a relativos à soma dos valores arrecadados como custas, imposto de renda e contribuição previdenciária decorrentes dos acordos realizados no Cejusc de Joinville.

Também é apresentado gráfico relativo aos valores dos acordos realizados no Cejusc, que devem ser pagos aos credores pelos devedores.

## A) VALORES ARRECADADOS

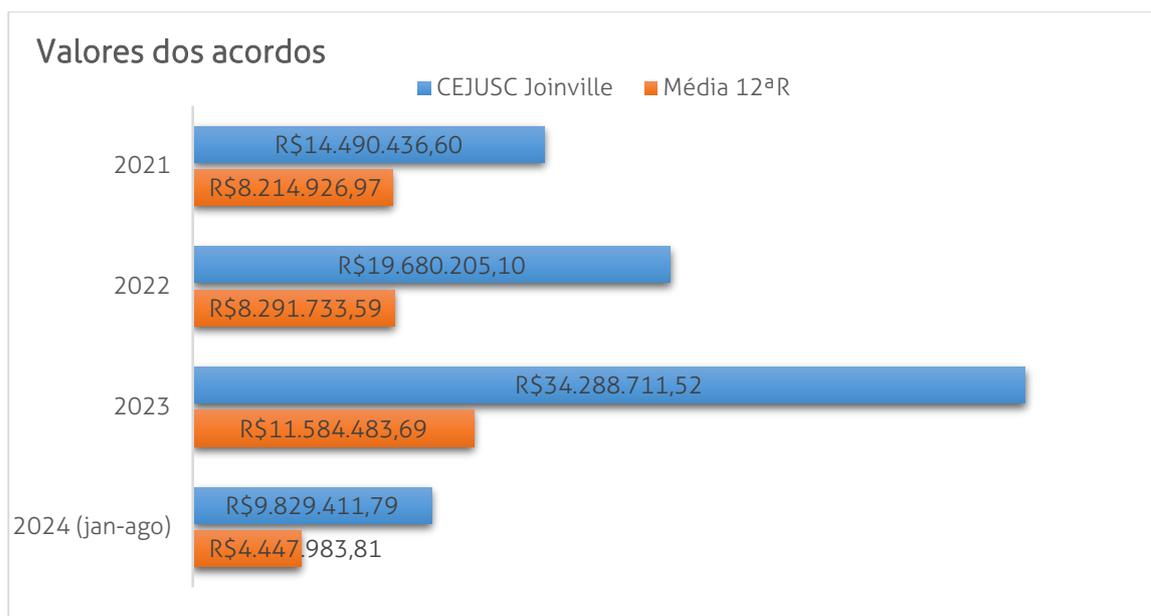
O quadro abaixo apresenta os valores referentes a custas, emolumentos, contribuição previdenciária e imposto de renda arrecadados pelo Cejusc de Joinville comparado com a média de arrecadação da 12ª Região.



Total arrecadado pelo Cejusc, neste ano foi de:  
**R\$ 541.368,68**

## B) VALORES DOS ACORDOS

O quadro abaixo apresenta os valores dos acordos realizados no Cejusc de Joinville, que devem ser pagos aos credores pelos devedores, comparado com a média de arrecadação da 12ª Região.



Valor dos acordos no Cejusc, neste ano, foi de:  
**R\$ 9.829.411,79**

## 3. CONSTATAÇÕES

Antecipadamente à correição foi enviado questionário ao Cejusc de Joinville, conforme segue:

I) todas as varas do trabalho atendidas pelo Cejusc encaminham processos para o Centro?

A direção do Cejusc informou que: Todas as Varas enviam processos ao CEJUSC.

II) são incluídos processos de execução na pauta do Cejusc? Em média quantos por semana?

A direção do Cejusc informou que: Sim. Em torno de cinco por semana.

III) quantas audiências são designadas por pauta no Cejusc?

A direção do Cejusc informou que: 10 audiências para cada mesa/conciliador por tarde, totalizando 40 por dia de audiência e 120 por semana.

IV) as atas são assinadas em até 24 horas após a realização das audiências?

A direção do Cejusc informou que: Sim

Constatou-se, ainda, que o Cejusc recebe cerca de 110 processos por vara do foro, por mês. Foi informado pela direção do Cejusc também que, em relação ao Domicílio Judicial Eletrônico, a unidade aguarda a audiência e verifica que há êxito, com a habilitação de advogada(o) ou a presença na audiência, não obstante o chip prazo de resposta excedido.

# 4. DETERMINAÇÕES

## 4.1. DETERMINAÇÕES PADRÃO PARA TODOS OS CEJUSC

Determina-se que as seguintes orientações sejam replicadas a todos os Cejusc, independentemente de já estarem sendo cumpridas ou não:

- I. atentar para o correto preenchimento de todas as informações referentes aos acordos no PJe, como datas de vencimentos, valores de todas as parcelas, inclusive honorários periciais, INSS, custas, dentre outras, para que as estatísticas de valores pagos e arrecadados sejam corretamente informadas ao e-Gestão;
- II. atentar para o disposto no art. 6º, §§ 1º e 1º-A, da [Resolução CSJT nº 174/2016](#), que dispõe que é indispensável a presença da(o) advogada(o) do autor nas audiências realizadas no Cejusc, caso constituído, bem como, no caso de *jus postulandi*, que a audiência seja supervisionada pessoalmente pela(o) magistrada(o);
- III. intimar a parte para juntar no PJe manifestação no sentido de ratificar os termos do acordo, no caso de termo de conciliação lavrado no Cejusc na ausência de qualquer das partes e de seus advogados, e homologado sem a assinatura de pelo menos um deles.



## 5. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações para o Cejusc correicionado, haja vista que funciona com excelência em todos os aspectos.

# 6. REUNIÕES

## 6.1. REUNIÃO COM ADVOGADAS(OS)

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia 14 de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 15h, com as advogadas Eduarda Viecks Rodrigues Padilha (OAB nº 60.442), Presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Renata Martins (OAB nº 63.855), e o advogado Oliver Jander Costa Pereira (OAB nº 17.076), Presidente da Subseção da OAB em Joinville.

Eu, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, também participei da reunião.

O Exmo. Desembargador-Corregedor agradeceu a presença de todos.

O advogado Oliver Jander Costa Pereira também agradeceu a oportunidade e afirmou ser muito importante essa abertura e comunicação com a advocacia.

Disse que o Foro de Joinville é exemplar, havendo apenas problema de relacionamento da Exma. Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho nas audiências com as partes, testemunhas e advogadas(os), já que Sua Excia. a elas não dispensa tratamento cordial.

As advogadas presentes confirmaram os fatos relatados pelo advogado Oliver Jander Costa Pereira.

Por outro lado, todos elogiaram a questão técnica das sentenças exaradas pela Exma. Juíza, restringindo a reclamação aqui trazida ao trato com as pessoas presentes na audiência.

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor informou que conversará com a Exma. Magistrada sobre o relatado.

A advogada Eduarda Viecks Rodrigues Padilha, a seu turno, questionou a possibilidade de, nos processos em que há prolação de sentença liquidada, seja oportunizada às partes a apresentação de cálculos, na tentativa de evitar-se perícia por contador *ad hoc*, cujo pagamento recai sobre as empresas.

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor esclareceu que a prolação de sentenças liquidadas é recomendação desta Corregedoria (Recomendação TRT12/CR nº 04/2018), e que ao juiz cabe conduzir o procedimento quanto aos cálculos, nos termos autorizados por lei. Afirmou que o pagamento dos honorários pela ré decorre da sucumbência na causa.

A advogada Renata Martins, por sua vez, apresentou proposta de gravação da reunião prévia das perícias para verificação de insalubridade e/ou periculosidade. Entregou ao Desembargador-Corregedor despacho feito neste sentido pela Exma. Juíza Nelzeli Moreira da Silva Lopes, Titular da Vara do Trabalho de Timbó, nos autos ATOrd nº 0000235-10.2024.5.12.0052. Disse que a gravação sugerida garantiria segurança a todos que dela participam, evitando-se falhas na reprodução das informações nos laudos e assegurando o contraditório a quem pretendesse impugnar eventual lapso nessa reprodução.

O Desembargador-Corregedor agradeceu a sugestão e informou que vai encaminhar estudo para verificação da viabilidade da proposta. Sua Excelência também teceu considerações sobre o anteprojeto do Código de Processo do Trabalho - CPT e determinou à

Secretária da Corregedoria o encaminhamento do seu arquivo digital às advogadas e ao advogado presentes na reunião, que agradeceram a gentileza.

As advogadas e o advogado, por fim, apresentaram elogios às(aos) servidoras(es) do Foro Trabalhista de Joinville, enaltecendo sua competência e seu comprometimento.

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor agradeceu os elogios e afirmou que o Foro Trabalhista de Joinville demonstra excelente desempenho, mormente se considerada a sua movimentação processual, que é a maior do estado.

Nada mais havendo a ser tratado, Sua Excelência agradeceu a participação das advogadas e do advogado presentes e colocou a Corregedoria à disposição permanente da advocacia, enfatizando, mais uma vez, a gestão de colaboração, tendo como orientação precípua a prestação de serviços ao jurisdicionado.



## 6.2. REUNIÃO COM O DIRETOR DO CEJUSC

O Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, reuniu-se no dia catorze de outubro de dois mil e vinte e quatro com o Diretor do Cejusc, Sidnei Roberto Brüske, para tratar de assuntos relativos ao Centro.

Sua Excelência parabenizou os trabalhos realizados pelo Cejusc de Joinville, que funciona com excelência em todos os aspectos.

## 6.3. REUNIÃO COM AS(OS) JUÍZAS(ES) DO FORO

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e quatro, com as(os) Exmas(os). Juízas(es) Rodrigo Gamba Rocha Diniz, Titular da 1ª Vara do Trabalho, Tatiana Sampaio Russi e Sergio Massaroni, respectivamente Titular e Substituto da 2ª Vara do Trabalho, Eronilda Ribeiro dos Santos e Jeferson Peyrerl, respectivamente Titular e Substituto da 3ª Vara do Trabalho, Fernando Luiz de Souza Erzinger e Marcelo Tandler Paes Cordeiro, respectivamente Titular e Substituto da 4ª

Vara do Trabalho, Ozéas de Castro e Dilso Amaral Mattar, respectivamente Titular e Substituto da 5ª Vara do Trabalho de Joinville.

**O Exmo. Corregedor:**

- I. salientou inicialmente que grande parte do trabalho de correição é feito previamente ao comparecimento na unidade judiciária, pois, como os processos são eletrônicos, os autos, indicadores e dados estatísticos são analisados pela Corregedoria e as informações relevantes são transmitidas antecipadamente para que a unidade judiciária possa tomar conhecimento das questões relevantes, prestar esclarecimentos e adotar medidas para melhorar o desempenho, se for o caso;
- II. agradeceu o trabalho que vem sendo realizado pelas(os) magistradas(os) e servidoras(es) do Foro Trabalhista de Joinville;
- III. repassou os elogios realizados pelas(os) advogadas(os) durante reunião realizada anteriormente ([subitem 7.1](#) desta ata);
- IV. solicitou às(aos) magistradas(os) que evitem a dispensa do pagamento de custas pelas partes não beneficiárias da justiça gratuita;
- V. solicitou às(aos) magistradas(os) que acessem o PJeCor semanalmente, conforme Ofício Circular CR nº 40/2020;
- VI. informou sobre a nova forma de intimação no PJeCor, que será realizada a primeira por *e-mail* e as demais apenas via sistema, conforme [Provimento CNJ nº 130/2022](#);
- VII. sugeriu que se analisem as Homologações de Transação Extrajudicial – HTE em audiência, devendo observar as disposições da Resolução CNJ nº 586, de 30-09-2024;
- VIII. reforçou sobre a importância da fundamentação das decisões de admissibilidade dos recursos, com análise circunstanciada dos pressupostos, com a indicação dos IDs respectivos;
- IX. solicitou especial atenção na autuação de recursos quanto ao correto preenchimento dos nomes e das denominações das partes (recorrente e recorrido);
- X. solicitou que o sobrestamento de processos seja realizado somente nos casos em que a situação legal autorize essa possibilidade, conforme tabela de movimentos previstas no PJe, sempre precedida de despacho da magistrada ou magistrado;
- XI. informou sobre a utilização do Acervo Digital para disponibilização das gravações das audiências, inclusive devendo ser observada a correta minutagem dos depoimentos;
- XII. salientou sobre a aplicação da prescrição intercorrente, em face do posicionamento do Tribunal, no sentido de que deve ser aplicada nos termos da lei, inclusive por observância à segurança jurídica;
- XIII. solicitou que se dê prioridade na assinatura dos alvarás judiciais;
- XIV. solicitou que evitem manter processos à margem da pauta;

- XV. solicitou que as(os) magistradas(os) continuem a realizar as audiências a partir da unidade judiciária, com registro em ata, salvo nos casos previstos nos normativos pertinentes;
- XVI. fez esclarecimentos sobre a necessidade e a obrigatoriedade de a(o) magistrada(o) residir na sede da comarca, bem como da presença da(o) magistrada(o) na unidade judiciária em pelo menos três dias da semana;
- XVII. informou acerca da obrigatoriedade do preenchimento correto da agenda da(o) magistrada(o) na página do TRT na *internet*;
- XVIII. informou acerca do Projeto PapoCOR, ao qual solicitou apoio para participação dos servidores, e das(os) próprias(os) juízas(es) quando for o caso;
- XIX. informou acerca do [painel Illumina12](#), que auxilia magistradas(os) e servidoras(es) na realização das tarefas diárias, com disponibilização de diversos relatórios em um painel;
- XX. solicitou às(aos) magistradas(os) que façam constar na ata a indicação do tempo correspondente a cada tema (minutos/segundos), no caso de ata simplificada, conforme dispõe o art. 13 da [Portaria CR nº 1/2020](#); no caso de audiência com tema único, fazer constar essa situação na ata; e
- XXI. destacou o bom relacionamento entre juízas(es) e servidoras(es).

**A Exma. Juíza Tatiana Sampaio Russi** solicitou que seja feito pedido para o Comitê do PJe a fim de que:

- I. ao abrir os vídeos juntados ao processo por meio do Acervo Digital, conste na aba do vídeo o nome do arquivo; e
- II. seja possível fazer indexação por capítulo/título/assunto nos vídeos juntados por meio do Acervo Digital.

Por fim, o Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional conclamou pelo bom andamento dos serviços judiciários, destacando que a Corregedoria é parceira do primeiro grau para auxiliar no que for possível, estando à disposição por meio de seus vários canais de contato.



## 6.4. CONFRATERNIZAÇÃO COM MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)

O Exmo. Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional reuniu-se, no dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e quatro, com magistradas(os) e servidoras(es) do Foro Trabalhista de Joinville para confraternização e reunião de encerramento.

Também participamos da reunião o Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, eu, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, e Geison Alfredo Arisi, Coordenador de Correições.

O Exmo. Corregedor enfatizou a importância das correições presenciais, por oportunizarem o diálogo direto com magistradas(os), servidoras(es), advogadas(os) e jurisdicionadas(os) e agradeceu a acolhida à equipe da Corregedoria.

Parabenizou as(os) magistradas(os) e servidoras(es) que atuam na Justiça do Trabalho de Joinville e, em nome da Justiça do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, agradeceu pelo comprometimento, dedicação e competência verificados nas análises realizadas para esta correição, bem como pelo ambiente de trabalho cooperativo e harmônico, e pelo excelente atendimento conforme destacado pelas(os) advogadas(os).

Destacou que o trabalho vem sendo realizado com dedicação, apresentando bons resultados, e salientou que o norte do nosso trabalho é atender bem o jurisdicionado.

Comentou acerca do Garimpo, destacando que no TRT da 12ª Região já foram liberados mais de 145 milhões de reais aos jurisdicionados, sejam trabalhadores, empresários, empresas, peritos ou advogados.

Informou que a Corregedoria irá absorver a atuação em cerca de 15 mil contas do Garimpo, que possuem valores ínfimos.

Comentou sobre o [painel Illumina12](#), que foi disponibilizado ao primeiro grau em agosto, e conta com um painel de dados estatísticos e de movimentação processual, com relatórios que permitem análise da gestão da unidade, com acesso direto ao processo no PJe.

O Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Ozéas de Castro, enfatizou o bom desempenho das Varas do Trabalho de Joinville, verificado nos dados estatísticos publicados.

Comentou sobre os projetos que a Corregedoria apoia e desenvolve, como foi o caso do Gael-certidão, bem como do e-Carteiro, que irá fazer a juntada no processo do andamento da correspondência enviada pelos Correios, do acervo digital, que permite a juntada de mídias diretamente no PJe, entre outros.

Foram entregues diversos certificados de participação em projetos pilotos do Argos, do Gael Certidão, do Acervo Digital e da Pauta Inteligente.

O Exmo. Juiz Fernando Luiz de Souza Erzinger destacou que a Justiça do Trabalho é sua vida e o trabalho é sempre realizado com amor. Agradeceu a forma com que a Corregedoria tem atuado, de maneira colaborativa e de orientação, cujo foco tem sido também auxiliar as unidades judiciárias, não apenas fiscalizá-las.

O Exmo. Corregedor finalizou, informando que a Corregedoria é parceira do primeiro grau, e, para além da função institucional de fiscalizar e orientar, desempenha papel de cooperação e está sempre aberta para magistradas(os), servidoras(es), advogadas(os) e jurisdicionadas(os).



## 7. ENCERRAMENTO

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro foi encerrada a Correição Ordinária no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Disputas de Joinville. A presente ata foi disponibilizada no PJeCor CorOrd nº 0000150-84.2024.2.00.0512.

Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Exmo. Desembargador do Trabalho Corregedor-Regional Narbal Antônio de Mendonça Fileti, e por mim, Silvana Schaarschmidt, Secretária da Corregedoria, que a lavrei.

**Juiz Auxiliar da Corregedoria-Regional:** Ozéas de Castro, em trânsito.

**Equipe da Corregedoria:** Silvana Schaarschmidt e Geison Alfredo Arisi, em trânsito, e Elise Haas de Abreu, Eriton Carneiro Guedes, Iran Edson de Castro, Jamile Cury Cecato de Carvalho, Patricia Michels Sandrini, Roberto Ortiz, Silvana Simões de Oliveira e Suzi Gonçalves da Silva Silveira, que integram a equipe fixa desta Corregedoria.

**NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI**  
Desembargador do Trabalho-Corregedor-Regional

**SILVANA SCHAARSCHMIDT**  
Secretária da Corregedoria